

Ulysses resiste a rompimento, mas aposta na eleição este ano

Aldori Silva

Rubem de Azevedo Lima

Aprovar a nova Constituição o mais cedo possível e devolver ao PMDB condições para sustentar uma candidatura própria à sucessão do presidente José Sarney — estes são dois dos objetivos políticos prioritários do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte.



Ulysses, na opinião de numerosos peemedebistas, entre os quais o senador Severo Gomes (SP), é hoje um dos constituintes mais empenhados na conclusão dos trabalhos da Assembleia, até o final de abril próximo.

Ao fixar o mês de abril como prazo máximo de conclusão dos trabalhos constituintes, Ulysses pretende possibilitar a todos os governadores peemedebistas o direito de se candidatarem à sucessão de Sarney, em novembro próximo, quando, a seu juízo, deverão realizar-se eleições diretas, em dois turnos, para Presidente da República. Se a nova Constituição ficar pronta depois de 14 de maio, os atuais governadores que não tiverem deixado seus cargos até essa data ficarão inelegíveis.

Graças a essa estratégia, governadores do PMDB que eram hostis à realização de eleições presidenciais este ano mudaram de ideia, reconhecendo que o intervalo de seis meses entre a promulgação da Carta e a data do pleito presidencial é suficiente para possibilitar o processo eleitoral ainda em 1988.

Dificilmente, porém, tais governadores deixarão seus cargos para disputar, no âmbito partidário, o lançamento de suas candidaturas contra a de Ulysses, julgado candidato natural do PMDB à sucessão de Sarney, no ano corrente.

Ruptura

Faz parte da estratégia de Ulysses, além da confirmação do pleito presidencial em novembro próximo, a ruptura do PMDB com o atual Governo, para que o candidato peemedebista à sucessão de Sarney tenha um mínimo de chance eleitoral.

O presidente da Constituinte está disposto a manter o melhor relacionamento possível com o Governo, a fim de proporcionar celeridade aos trabalhos da Constituinte. Se o PMDB se afastasse do Governo agora — como querem os históricos do partido —, a nova Constituição dificilmente ficaria pronta antes de junho ou julho, pois muitos peemedebistas, comprometidos com o Palácio do Planalto ou cooptados pelo presidente José Sarney — conforme dizem os dirigentes do partido —, simplesmente boicotariam a Constituinte.

Promulgada, porém, a nova Carta, amigos de absoluta confiança de Ulysses estão convencidos de que o presidente do PMDB recolocará o partido na linha de oposição ao Governo. O único problema, no caso, consistirá em fazer com que o partido e seu candidato sucessório — o próprio Ulysses — se tornem aceitáveis pelo eleitorado brasileiro.

Previsão

A previsão que se faz, no caso, é a de que Ulysses procurará demonstrar ao País, na ocasião oportuna, que o PMDB, a fim de viabilizar a transição político-institucional, aceitou sacrificar-se no apoio a um Governo impopular, mas ainda temível, porque oriundo do regime militar. Capaz, portanto de interromper o processo de normalização democrática.

Reconhecem os amigos de Ulysses que o dirigente peemedebista está agindo, como sempre fez em sua carreira de homem público, com a maior reserva. Pois, do contrário, seu projeto político será mal-sucedido. Todos esses amigos, concordam, ainda, noutro ponto: uma vez encerrada a Constituinte (e na pior das hipóteses isso acontecerá até o final do ano), Ulysses ficará privado de um cargo de relevo (a presidência da Assembleia). Depois disso, em 31 de janeiro de 1989, estará encerrado também seu mandato de presidente da Câmara dos Deputados. Portanto, restar-lhe-á, no próximo ano, como único trunfo sucessório, apenas a direção nacional do PMDB, no caso de não o afastarem igualmente desse posto.



Deputado quer dar condições para que PMDB sustente a sua candidatura à Presidência

Deputado devolve o cargo e tenta acordo sobre estabilidade

O presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, devolve hoje, às 08h00, na Base Aérea de Brasília, ao presidente José Sarney, o cargo de Presidente da República, e segue imediatamente para o Congresso, onde pretende realizar uma reunião com as lideranças parlamentares na Assembleia Constituinte em busca de um acordo para a votação do artigo que trata da "estabilidade no emprego".

Na qualidade de presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães vai tentar evitar o impasse criado com a falta de quorum para a votação do artigo sobre "direito de propriedade", e que ameaça criar o chamado "buraco negro", provocando o que Ulysses chama de "vacatio legis" — ausência de legislação sobre aquele assunto — e que "poderá criar problemas futuros", disse, lamentando que não tenha sido cumprido o acordo firmado na noite anterior, na sua presença, no Palácio do Planalto.

Segundo o presidente da Constituinte, a regra básica deve ser o "entendimento", mas admitiu que algumas das questões não resolvidas podem ser remetidas à legislação ordinária. No caso do "direito de propriedade" há ainda a esperança que o relator Bernardo Cabral, que tem 48 horas para reformular as emendas em votação, encontre uma proposta alternativa.

Pazzianotto faz advertência

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, advertiu ontem a classe trabalhadora que o dispositivo proposto no Projeto da Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte sobre a estabilidade dá a impressão de que resolve os problemas gerais e particulares do emprego, "mas não faz nenhuma coisa nem outra. Os fatos desmentirão quem induz o trabalhador a pensar que ele terá estabilidade", frisou.

Segundo Pazzianotto, a garantia do contrato do trabalho prevê um leque de exceções e, a seu ver a mais discutível é a chamada "justa causa", fundada em fato econômico intransponível, tecnológico, ou em infortúnio da empresa. Para o ministro, o infortúnio numa empresa de construção civil pode ser o fim da obra, e na lavoura pode ser o fim da safra.

Lideranças representativas do empresariado nacional também advertem para a questão da estabilidade na futura Carta Constitucional. O presidente da Confederação do Comércio de São Paulo, Abram Szajman, prevê um aumento no uso da automação, enquanto outros empresários acenam com a possibilidade do emprego de mão-de-obra com contratos temporários de Trabalho, fato que inviabilizaria a garantia

Fraude na votação

Ulysses Guimarães prometeu também apurar a irregularidade cometida, supostamente, por dois deputados Mauricio Fruet (PMDB-PR) e José Sarney Filho (PMDB-MA), cujos nomes foram registrados na lista da votação, sem a presença dos parlamentares em plenário. O caso de Fruet já está resolvido: ele estava lá, o denunciante, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) não o tinha visto em plenário.

Se ficar constatada a irregularidade haverá punição, segundo prevê o regulamento da Câmara. Ulysses Guimarães não acredita, entretanto, que o deputado José Sarney Filho seja responsável pelo ato que "prejudica a ele, parlamentar, e a instituição, que é o Congresso Nacional".

Transmissão do cargo

Presidente da República em exercício pela 11ª vez, Ulysses Guimarães devolve o cargo hoje ao presidente Sarney, que retorna das viagens ao Uruguai e à Colômbia. Será às 8h00 na Base Aérea de Brasília.

Na entrevista em que se despediu do cargo ontem, Ulysses exaltou o empenho pessoal do presidente José Sarney na realização da integração latino-americana, cujo sucesso é, observou, inquestionável e "irão, sem dúvida, marcar sua gestão presidencial".

Parlamentares insistem em deixar PMDB

A Assembleia Nacional Constituinte produzirá uma Constituição progressista e, com isso, o PMDB terá condições de ir novamente às ruas, cessando, em consequência, as razões para a evasão de parlamentares que estão ameaçando desligar-se do partido.

Essa previsão de uma Carta progressista e de recuperação da capacidade de mobilização popular pelo partido foi feita ontem pelo presidente em exercício do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães, durante almoço, no Palácio do Planalto, com os deputados Otávio Elisio (MG), Cristina Tavares (PE) e Francisco Kuster (SC).

Ulysses não fez nenhum apelo direto a esses parlamentares para que abandonem a ideia de desligamento do PMDB, mas os três saíram do Palácio cientes de que o presidente do Partido, "com os acenos e expectativas criados" — nas palavras de Francisco Kuster, os convidou para o almoço com o propósito de demovê-los daquele objetivo. Elisio, Cristina e Kuster também demonstraram que o encontro com Ulysses não abalou a determinação de sair do PMDB para organizar um novo partido.

Mandato

Segundo Cristina Tavares, Ulysses referiu-se — sem aprofundar comentários — à tendência existente pela aprovação de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney e de um sistema parlamentarista "muito mitigado".

"Ele foi elegante. Não falou nada diretamente (sobre o movimento dos descontentes), mas quem o conhece, percebeu o recado dele. Tentou criar todo um clima, dizendo inclusive que antes só recebia ali para almoço dom Luciano Mendes" (presidente da CNBB), procurando, assim, demonstrar que nos conferia uma deferência especial.

Otávio Elisio e Kuster também se referiram ao ambiente de cordialidade criado por Ulysses durante o almoço. Segundo Elisio, Ulysses chegou a usar um tom afetivo ao mostrar as perspectivas imediatas do PMDB, como a possibilidade de o partido voltar às ruas, mas isso, acrescentou o parlamentar mineiro, não altera sua intenção de sair do PMDB.

"Ele é capaz de dar nó em pingo d'água, mas isso não me impressiona", comentou Kuster ao dar sua versão sobre o almoço.

O deputado Fernando Lyra, um dos líderes do movimento pelo desligamento do PMDB, afirmou que, até o final do mês, deixarão o partido pelo menos 13 constituintes: além dele, o senador José Paulo Bisol (RS), e os deputados Cristina Tavares (PE), Arlan Gadelha (PE), José Carlos Sabóia, (MA), Raquel Capiberibe (AP), Ana Maria Ratter (RJ), Paulo Ramos (RJ), e os mineiros Carlos Cota, Ziza Valadares, Célio de Castro, Carlos Mosconi e Otávio Elisio.